

O Caminho de Peabiru como espaço de disputa turística e a conexão com o passado histórico

The Peabiru Path as a space for touristic dispute and connection with the historical past

Vinícius Oliveira Pinheiro Machado,¹ USP

Resumo

O Caminho de Peabiru é um antigo trajeto que ligava o litoral dos estados de São Paulo e Santa Catarina ao interior do Brasil, passava pelo Paraguai e conectava-se ao Império Inca. Atualmente, ele tem se transformado em alvo de disputa em torno da sua exploração turística. Isso possibilita uma análise de seus aspectos históricos, como origens e formas de uso ao longo do tempo. Então, demonstra-se neste artigo como esse caminho pode ser interpretado como um espaço geográfico conectado à história.

Palavras-chave: Peabiru; Turismo; História; Inca.

Abstract

The Peabiru Path is an ancient route that connected the coast of the states of São Paulo and Santa Catarina to the interior of Brazil, passed through Paraguay and connected to the Inca Empire. Currently, it has become the target of dispute over its tourist exploitation. This enables an analysis of its historical aspects, such as origins and forms of use over time. Therefore, this article demonstrates how this path can be interpreted as a geographic space connected to history.

Keywords: Peabiru; Tourism; History; Inca.

Introdução

No dia 06 de julho de 2022, a Câmara dos Deputados discutiu a criação de uma rota turística *Caminhos de Peabiru* exclusiva para o estado de Santa Catarina (Brasil, 2022, p. 2). Trata-se de um projeto de fortalecimento turístico em torno de antigos caminhos conhecidos pelos indígenas sul-americanos. Ela ligaria o Oceano Atlântico ao Oceano Pacífico (Donato, 1997, p. 15), conectando o litoral dos atuais estados de São Paulo e Santa Catarina (Bond, 2021, p. 29) ao local onde seria estabelecida a cidade de Assunção, no Paraguai (Bond, 2021, p. 34). Dali, ela se conectaria ao atual Peru (Bond, 2021, p. 30), onde situava-se parte do Império Inca, para que então pudesse continuar avançando para o oeste do continente (Bond, 2021, p. 30).

Porém, para o *Caminho de Peabiru*, a proposta turística catarinense não é pioneira. Isso porque já havia uma pesquisa de avaliação de exploração turística feita pelo turismólogo Gabriel Biz Tonin (Tonin, 2021), o qual integrou o Museu de Arqueologia e Antropologia da

¹ Graduando em Bacharelado em História pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail para contato: vinicius_machado@usp.br. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1343545648684032>

Universidade de São Paulo. No caso, a proposta era focada no município paulista de Botucatu, por onde uma ramificação desse caminho também passava (Donato, 1997, p. 109).

Já para o estado do Paraná, existiam propostas de exploração turística ao menos desde 2009, além de discussões sobre transformação do Caminho de Peabiru em patrimônio imaterial (Paraná, 2018, p. 3). Especificamente o Núcleo de Estudos sobre o Caminho de Peabiru na Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão (COMCAM) Microrregião 12 do Paraná, Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Caminhos de Peabiru na Região de Campo Mourão-PR (NECAPECAM), estabeleceu rotas turísticas de peregrinação supostamente relacionadas a tal caminho e já utilizadas turisticamente (Colavite e Barros, 2009, p. 94). Contudo, essas rotas não abrangem diretamente os trechos do Caminho de Peabiru que encontram sustentação em fontes primárias como os relatos do viajante do século XVI de Ulrich Schmidel (Colavite e Barros, 2009, p. 99), os quais foram abordados na obra *Sobre o Itinerário de Ulrich Schmidel através do sul do Brasil (1552 - 1553)*, de Reinhard Maack (Maack, 1959), e ainda serão abordados nesse artigo.

Mas foi uma audiência pública da Assembleia Legislativa de Santa Catarina que escancarou as discussões a respeito desse tema. No dia 20 de maio de 2024, com base na já citada proposta de rota turística do *Caminho de Peabiru*, foram debatidos diversos aspectos em torno desse tema. Sem ter a pretensão de esgotar a análise dessa audiência pública, pode-se notar que a sua ata revela a participação de representantes dos povos Guarani² e “Quechua, no Peru, a conhecida cultura inca” (Santa Catarina, 2024, p. 15)³, deputados, pesquisadores, jornalistas, etc. Como mote para a audiência, foi inicialmente levantada a homenagem aos 500 anos de Aleixo Garcia, o qual será abordado com mais detalhes posteriormente por ser intimamente ligado com o início da exploração do Caminho de Peabiru (Santa Catarina, 2024, p. 2). Além disso, foi ressaltada uma preocupação em combater o apagamento histórico dos povos indígenas (Santa Catarina, 2024, p. 2). Contudo, com o desenrolar das discussões, ficou clara uma variedade de interesses difusos, que incluíam críticas a artigos acadêmicos sobre o Caminho de Peabiru, a avaliação e seus supostos reais trajetos, a presença de municípios nessa rota turística sem comprovação de que o caminho por eles passasse, entre outros (Santa Catarina, 2024). Além disso, foram levantadas questões relacionadas aos significados espirituais (Santa Catarina, 2024), como o acesso via Caminho de Peabiru à Terra Sem Mal.

2 Guarani é uma etnia de indígenas que ocupavam territórios do Brasil, Bolívia, Argentina, Paraguai, Uruguai, Argentina. No Brasil, estavam presentes nas regiões de diversos estados como, dentre outros, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Dividem-se em muitos povos como Mbyá, Avá-Guarani, Chiriguano, etc.

3 Quechua é uma família de línguas utilizadas na América do Sul ao longo da Cordilheira dos Andes. Era amplamente falada no Império Inca.

Essa terra seria um local onde não existe morte e a terra produz sem intervenção humana, porém, somente seria acessado pelas pessoas mais valentes (Clastres, 1978, p. 30). Sua localização, segundo os guaranis, era ora a leste, ora a oeste (Clastres, 1978, p. 31). Alcançar essa terra poderia ser uma urgência pelo fato de acreditarem numa destruição da Terra que estaria prestes a acontecer (Clastres, 1978, p. 79). Tal crença resistiu entre os povos indígenas e há evidências de que tenha motivado muitas migrações guaranis ao longo do tempo (Clastres, 1978, p. 81), inclusive nos séculos XIX (Clastres, 1978, p. 79) e XX (Clastres, 1978, p. 81).

Isso demonstra que, além dos interesses ou disputas comerciais, há muitos questionamentos relevantes sobre os significados que tal caminho teve para os diferentes povos ao longo da história. Também existem diferentes narrativas do caminho de Peabiru como elemento geográfico por onde se constrói a história, com consequências que se arrastam até a atualidade, como a alta correlação entre a densidade populacional das cidades ou desenvolvimento de infraestrutura de transporte nas regiões por onde passa tal caminho (Barsanetti, 2021, p. 13). Desse modo, a partir do espaço geográfico do Caminho de Peabiru, podem ser discutidos diversos eixos temáticos em períodos distintos, como o passado dos povos originários da América do Sul, a busca por ouro na época das Grandes Navegações, as interações entre os colonizadores de Portugal e Castela com os indígenas, as missões jesuíticas, o bandeirismo, etc.

Com um embasamento em fontes históricas e material historiográfico, este artigo se utilizará desses eixos temáticos para abordar o Caminho de Peabiru como um grande tema que costurou a história no espaço e no tempo, com foco nos séculos XVI e XVII. Para tal, será descrito: como os colonizadores portugueses se apropriaram dos conhecimentos indígenas para explorar o território por antigos caminhos; como o Caminho de Peabiru foi incorporado ao imaginário das missões jesuíticas; os interesses europeus no Caminho de Peabiru como meio para obtenção de riquezas ou disputa territorial; e o uso do Caminho de Peabiru pelos bandeirantes.

Desenvolvimento

Quando os colonizadores chegaram ao Brasil, acabaram se apropriando de muitos conhecimentos dos indígenas, que descreveram boa parte da geografia local (Holanda, 2000, p. 83). Isso porque os indígenas tinham grande capacidade de abstração para produzir desenhos que mapeavam os territórios (Holanda, 2017, p. 29) e transmitiram, por exemplo, técnicas de marcação de árvores nas trilhas ou orientação pelos astros (Holanda, 2017, p. 23).

Além dos conhecimentos, os colonizadores também assimilaram comportamentos. A maneira de caminhar, por exemplo, foi absorvida pelos paulistas, pois apresentava-se eficiente para percorrer longos trechos a pé (Holanda, 2017, p. 42). Pelos estreitos caminhos (Holanda, 2017, p. 22), os colonos aprenderam a andar em fileiras e supostamente descalços, hábitos comuns entre os indígenas (Holanda, 2017, p. 31).

Assim, os colonizadores do planalto paulista adaptaram-se à terra, sendo os indígenas fundamentais para o auxílio no deslocamento dos paulistas (Holanda, 2017, p. 22), principalmente nas expedições a locais inexplorados (Monteiro, 1994, p. 90). Vale dizer que essa adaptação tinha como pano de fundo a necessidade de sobrevivência e os interesses econômicos dos colonizadores, que poderiam envolver, entre outros, a prospecção de ouro e principalmente ao apresamento indígena. Contudo, conforme será mostrado nesse artigo, tal sistema de parceria mostrou-se, a longo prazo, extremamente prejudicial aos próprios indígenas.

Dentro dessa perspectiva de transmissão de conhecimento e costumes dos indígenas para os portugueses, merece destaque o fato de que Aleixo Garcia, que será posteriormente abordado neste artigo, foi guiado pelos indígenas aos Andes. Para tal feito, ele teria usado o denominado Caminho de Peabiru.

Apesar de conhecerem tal trajeto e existirem algumas evidências arqueológicas de uso de tal caminho pelos indígenas (Parellada, 2022, p. 287), não há garantias de que os indígenas usassem com frequência, no século XVI, os trechos do Caminho de Peabiru que ligavam São Vicente, no Estado de São Paulo, a Assunção, no Paraguai (Holanda, 2000, p. 102). Isso porque a origem de tal caminho é incerta e remonta ao período pré-colombiano, além de não haver garantia de que os trajetos percorridos pelos indígenas fossem estritamente fixos (Cortesão, 1968, p. 32).

Ademais, também não há consenso sobre o significado do termo de origem tupi-guarani “Peabiru”, podendo ele significar, dentre outros sentidos: “caminho pisado” ou “caminho que leva ao céu” (Tonin, 2021, p. 9). Tampouco há consenso sobre quem ou quando o caminho indígena passou a ser chamado pelos colonizadores como “Caminho de Peabiru”. Contudo, há o registro escrito do uso da palavra “peabiru” em uma obra jesuítica: “[...] corre el camino nombrado por los guaraníes Peabirú y por los españoles de Santo Tomé” (Lozano, 1874, p. 67).⁴ Dado que esse autor nasceu no ocaso do século XVII, pode-se supor que ela já fosse conhecida pelos colonizadores em períodos anteriores. Independente disso, o Caminho

4 Em livre tradução: “[...] passa o caminho denominado pelos guaranis como Peabiru e pelos espanhóis como Caminho de São Tomé”

de Peabiru acabou, já no século XVI, sendo reinterpretado pelos portugueses e espanhóis através do mito de São Tomé.

Tal mito tornou-se conhecido na Índia e propagou-se para a América Portuguesa e Espanhola. A lenda sustentava que o santo tinha visitado muitas partes do mundo e deixado algumas pegadas por onde passou (Holanda, 2000, p. 134). Essas pegadas foram encontradas em vários pontos do continente americano, inclusive no Paraguai (Donato, 1997, p. 35). O historiador Hernani Donato, em *Sumé e Peabiru: Mistérios maiores do século da descoberta*, levanta a hipótese de que essas pegadas seriam sinalizações incas para indicar as direções. Contudo, o autor não é conclusivo a esse respeito, principalmente se for considerado que o autor também considera que os incas não possuíam interesses nos territórios do atual Brasil (Donato, 1997, p. 38).

Já na região do atual município São Sebastião do Estado de São Paulo, nessa mesma linha de hipóteses sobre a presença de não nativos na América do Sul antes dos portugueses, os indígenas teriam relatado que aprenderam a cultivar a mandioca com um homem que teria chegado pelo mar. Hernani Donato sustenta que os Tupis guardavam a lembrança de um homem branco chamado Sumé que os ensinara a cultivar a mandioca (Donato, 1997, p. 30). Porém, estima-se que a mandioca já fosse utilizada no continente americano há mais de 3 ou 4 mil anos, antes mesmo do advento da agricultura sedentária (Alves-Pereira *et al.*, 2018, p. 626). Isso torna a interpretação desses relatos de terceiros sobre indígenas questionável, ainda que o contato dos indígenas com os homens brancos antes da chegada dos europeus na América seja um debate possível na historiografia de nosso tempo.

De todo modo, essa suposta presença de São Tomé nas Américas espalhou-se pelo imaginário dos colonizadores. Em 1515, já era difundida a notícia de que os indígenas brasileiros mostraram pegadas de São Tomé aos portugueses em um boletim informativo escrito em alemão (Holanda, 2000, p. 135), cujo trecho é destacado a seguir, com grifo próprio: “[...] von Sant Thomas. Sie haben auch den Portugalefern die Schrit im landt [...] wollen zaygen” (Newen..., 1515, p. 14).⁵ Ainda que a confiabilidade desse documento seja questionável (Cristóforo, 1958, p. 425), circulavam pela Europa relatos de que os nativos da América tinham conhecimento sobre o símbolo da cruz cristã (Donato, 1997, p. 38). Do mesmo modo, chegavam na Europa relatos de que os tupinambás sabiam da existência de um homem vestido e com barba que teria tentado persuadir os indígenas a seguir o Deus do homem branco (Donato, 1997, p. 25). Tais relatos mostram como no atual continente europeu

5 Em livre tradução: “[...] de São Tomé. Eles também queriam mostrar [...] aos portugueses os passos na terra”

ao longo do século XVI ganharam força as notícias da suposta presença de São Tomé nas Américas.

Especulam-se origens possíveis para esse homem vestido que tinha visitado os nativos americanos. Uma das suspeitas é de que grupos de missionários católicos tinham vindo à América antes dos ibéricos, o que justificaria a existência dos relatos de Sumé em vários pontos do continente (Donato, 1997, p. 54).

Outra vertente para a explicação para a profusão do mito de Tomé para os colonizadores está baseada nas crenças quinhentistas (Donato, 1997, p. 16), que sustentavam que o Brasil fosse próximo ao paraíso. Desde meados da Idade Média já existia no imaginário europeu a ideia de que São Tomé tinha cristianizado pessoas por todo o mundo, conforme a *Legenda Áurea*, de Tiago de Voragine, arcebispo de Gênova (Donato, 1997, p. 20).

Adicionalmente, alguns indígenas misturaram os acontecimentos da época e crenças dos colonizadores com o próprio imaginário, gerando aceitação à lenda ameríndia do *Pay Zumé* (Holanda, 2000, p. 153). Isso ocorreu, por exemplo, com os indígenas das tribos Carijó (Holanda, 2000, p. 153), que eram os Guaranis que habitavam a região ao Sul e Sudeste do atual estado de São Paulo (Montero, 1994, p. 61). Isso facilitou a cooptação dos indígenas para a catequização em reduções (Holanda, 2000, p. 153). Além disso, o mito de Sumé foi facilmente incorporado ao de São Tomé por causa da pronúncia similar (Donato, 1997, p. 15). Então, pode-se acrescentar que esse apresamento e escravização tinham potencial para produzir uma lógica que foi aplicada sistematicamente pelos portugueses, inclusive após a proibição, de modo provavelmente análogo ao que ocorria na região amazônica (Prado, 2024, p. 112), algo que encontra ressonância até os dias atuais. Ademais, a catequização acabava impondo uma religião cristã que foi muitas vezes absorvida pelos povos indígenas possivelmente na tentativa colonizadora de dismantelá-los culturalmente.

Essa assimilação ganhou força devido a uma tentativa de manipulação, na qual os missionários se utilizavam dessa lenda para a conversão dos indígenas (Holanda, 2000, p. 139), sendo que o Sumé, no Brasil, e o *Pay Tumé*, no Peru, eram associados a Jesus (Holanda, 2000, p. 152). A valorização do mito de Sumé/São Tomé poderia estar vinculada ao desejo dos jesuítas em justificar ao Papa, a partir de 1549, algum controle das terras encontradas (Donato, 1997, p. 61).

Outra evidência da manipulação que os religiosos impuseram ao imaginário foi a mudança da vestimenta de São Tomé. Na versão paraguaia, ele era apresentado com sandálias. Na versão brasileira do mito, São Tomé é apresentado descalço (Holanda, 2000, p. 145), tal como andavam os indígenas. Já na região do atual Paraguai, a lenda de *Pay Tumé*

sustentava que ele teria criado erva-mate, uma árvore típica da região (Donato, 1997, p. 42). Acreditamos que esse fato, juntamente ao já discutido caso do cultivo da mandioca, corrobora a nossa hipótese de que os ensinamentos agrícolas de Sumé foram uma invenção humana, adaptação ou disputa de narrativas.

Ressaltamos que dentro desse processo de imposição cultural, o historiador Hernani Donato sustenta que os franciscanos que visitaram o atual estado de Santa Catarina foram os primeiros a associar o Sumé indígena com o Tomé católico. Porém, Donato não especificou a data em que isso ocorreu. De qualquer forma, diferentemente do alegado pelo autor (Donato, 1997, p. 65), foi Antonio Ruiz de Montoya, em vez de Pedro Lozano, o provável primeiro jesuíta a documentar o caminho indígena em discussão como Caminho de São Tomé. Isso porque a data de publicação da obra de Montoya é anterior à de Lozano. Além disso, ambos os jesuítas alegavam que um dos feitos mais marcantes de São Tomé seria uma estrada que ligava o litoral atlântico até a região de Assunção, do atual Paraguai. Segundo o padre Antonio Ruiz de Montoya, em 1639, esse caminho teria oito palmos de largura e era coberto por uma erva rasteira muito resistente e diferente da mata ao redor, conforme mostra o seguinte trecho: “vimos mis compañeros, y yo un camino que tiene ocho palmos de ancho , y en este espacio nace una muy menuda yerua, ya los dos lados defte camino crece hasta casi media vara, y aunque agotada la paja se quemem aquellos campos, siempre nace la yerva a este modo” (Montoya, 1639, p. 30).⁶

A despeito das interpretações religiosas, o grande interesse europeu nesse caminho residia na crença de uma “serra resplandecente” (Holanda, 2000, p. 83), ou seja, havia sinais de presença de ouro. Em 1514, havia relatos de um povo serrano com pedras preciosas. Acreditava-se também na existência de um “Rei Branco” e uma “Serra de Prata” (Holanda, 2000, p. 89). Essa sanha por riqueza ou poder fez com buscassem o Caminho de Peabiru, entre outros, os aventureiros Aleixo Garcia, Pero Lobo e Álvar Nuñez Cabeza de Vaca no início do século XVI (Holanda, 2000, p. 142). Fugiria do escopo deste artigo abordar cada uma das empreitadas dos europeus que provavelmente se utilizaram do Caminho de Peabiru para explorar o continente. Por isso, serão abordados alguns casos que envolviam a penetração ao interior, como o de Aleixo Garcia, que se conecta ao de Francisco Chaves, o qual contrasta com o de Cabeza de Vaca.

6 em livre tradução: “Vimos meus companheiros e eu um caminho que tem oito palmos de largura e, nesse espaço, nasce uma erva muito pequena, já aos dois lados desse caminho, cresce até meia vara, e, ainda que, pela falta de palha se queimem esses campos, a erva sempre cresce desse modo”.

O provável primeiro europeu a percorrer o Caminho de Peabiru foi Aleixo Garcia, que viria a chegar ao Império Inca por terra, após sobreviver a um naufrágio próximo à Santa Catarina em 1516. A serviço de Castela, estava num navio da armada de João Díaz de Solís, que buscava uma comunicação marítima entre o pacífico e o Atlântico. Porém, após a descoberta do caminho por terra, ele foi morto por indígenas às margens do rio Paraguai, em 1525. Mas, ainda assim, conseguiu informar seus companheiros naufragos Ramírez e Montes, que seriam resgatados pela armada do veneziano Sebastião Caboto em 1526 (Holanda, 2000, p. 89).

O avanço em direção ao interior de Aleixo Garcia conecta-se à história dos paulistas pela entrada de Francisco de Chaves em 1531, uma das primeiras de que se tem documentação. Ambos teriam se conhecido por pertencerem à mesma armada, o que sugere o fluxo de informações sobre o caminho que levava aos Andes. Essa entrada avançou pelo continente a mando de Martim Afonso de Cananeia, em busca de ouro (Holanda, 2000, p. 98).

Além disso, há relatos de que um dos integrantes da expedição de Martim Afonso fosse Diogo Nunes, um mameluco⁷ que já tinha chegado ao Peru. Isso reforça a ideia de que, à época, os portugueses já conhecessem caminhos para adentrar o continente (Holanda, 2000, p. 100). Porém, a entrada não foi bem-sucedida e os colonizadores foram mortos por indígenas, provavelmente os mesmos que tinham matado Garcia (Holanda, 2000, p. 99).

Se os portugueses tiveram a expedição malograda, não se pode dizer o mesmo de Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca, espanhol que veio à América por ter sido nomeado governador do Paraguai. Este conseguiu atingir seu objetivo ao chegar a Assunção em 1542 (Clastres, 2013, p. 107). Prova disso são os “Comentários” de Pero Hernandez, onde há um mapeamento dos itinerários de Aleixo Garcia e Cabeza de Vaca do Porto dos Patos até o atual estado do Paraná (Holanda, 2000, p. 102). Ademais, é provável que o caminho tenha sido percorrido diversas vezes por um tenente de Cabeza de Vaca em busca de ouro (Donato, 1997, p. 66).

Conforme o uso do Caminho de Peabiru foi se intensificando, surgiram alguns conflitos sobre as consequências que ele poderia ter. Hernani Donato sustenta que o Caminho de Peabiru passou a ser percorrido pelos espanhóis que se deslocavam da região do atual Paraguai até o litoral do atual estado de São Paulo. Por isso, ocorriam disputas entre portugueses e espanhóis nas proximidades da atual cidade de São Paulo, pois não se sabia com exatidão por onde passava a linha de Tordesilhas. Para contribuir na solução desse

7 Mamelucos seriam oriundos da miscigenação entre indígenas e colonizadores europeus, que, no caso, eram portugueses.

problema de limites geográficos, Martim Afonso teria autorizado a fundação de Piratininga e solicitou que o português João Ramalho passasse a monitorar o que hoje é denominado Caminho de Peabiru (Donato, 1997, p. 99). Pode-se deduzir que tenha sido após 1532, quando ocorreu um dos primeiros povoamentos do Brasil, nas capitanias de Pernambuco e São Vicente (Abreu, 1963, p. 56).

Além disso, devido aos riscos que o governador-geral Tomé de Souza vislumbrou com o avanço dos espanhóis em direção aos locais onde os portugueses já estavam na Capitania de São Vicente, ele decidiu proibir a circulação pelo Caminho de Peabiru no dia primeiro de junho de 1553 (Donato, 1997, p. 102). E foi exatamente nesse ano que Ulrich Schmidel, aventureiro alemão a serviço da Coroa Espanhola, chegou em São Vicente, o que vem a corroborar a observação de Tomé de Souza. Nesse caso, Ulrich Schmidel soube em Assunção, atual capital do Paraguai, que seu irmão estava enfermo na Alemanha. Soube também que havia um navio no litoral brasileiro em direção à Europa. Por isso, decidiu ir até São Vicente por terra, dado que ele já tinha conhecimento dessa possibilidade por outros viajantes como Cabeza de Vaca (Maack, 1959, p. 9). Com auxílio de um grupo de indígenas, percorreu parte do Caminho de Peabiru para chegar até o litoral (Maack, 1959, p. 9), produzindo um rico itinerário de viagem (Maack, 1959). Desse modo, Ulrich Schmidel foi provavelmente o primeiro a buscar um percurso entre o interior do continente em direção ao litoral, ao norte da região catarinense normalmente utilizada pelos espanhóis (Maack, 1959, p. 5). Tal empreitada fez o uso do Caminho de Peabiru, o que indicava a dificuldade de interrupção do trânsito por meio desse trajeto (Donato, 1997, p. 105).

Após tantas tentativas sem sucesso de controlar as movimentações por caminhos que levassem ao Peru e a conquista de Pizarro (1532) (Holanda, 2000, p. 107), o interesse dos portugueses foi lentamente deslocado da busca pelas riquezas andinas para outras atividades. Então, na esfera das mudanças dos interesses dos colonizadores, houve uma urgência de conexão com o interior do continente, ainda que este não fosse exatamente o território ocupado pelos incas.

Por isso, no início de sua ocupação, Martim Afonso avançou para o atual planalto paulista pela serra de Paranapiacaba, onde fundou uma vila que futuramente viria a se tornar a atual cidade de São Paulo (Abreu, 1963, p. 63), em 1554. Porém, a subida da serra era muito íngreme, o que tornava custoso o fornecimento de insumos para a vila de Piratininga, dificultando o desenvolvimento da economia do planalto paulista (Abreu, 1963, p. 64). Desse modo, a região de São Paulo acabou desenvolvendo-se de modo independente do litoral e intimamente ligado à exploração do sertão (Abreu, 1963, p. 65).

Essa exploração foi marcada pelo apresamento de indígenas por parte dos colonos de São Paulo. Tais integrantes dos povos originários eram alocados para prestar serviços obrigatórios, tornando-se a base da mão de obra. Os indígenas fizeram parte do “circuito mercantil do Atlântico meridional”, porém os paulistas desenvolveram uma organização empresarial de modo desconexo do “circuito comercial do Atlântico”. Não fossem as buscas de indígenas no interior do país, o litoral e o planalto paulista não conseguiriam se desenvolver (Monteiro, 1994, p. 57).

Dentro desse avanço exploratório dos paulistas no início do séc. XVII, merece destaque o sertão dos Carijós, que provavelmente era a região do Guairá, entre os rios Piquiri, Paraná, Paranapanema e Tibagi (Monteiro, 1994, p. 61). Isso porque foi justamente nesse conjunto de buscas que o uso do Caminho de Peabiru talvez tenha voltado à tona. Hernani Donato sustenta que, em 1628, ele tinha sido usado pelo bandeirante Raposo Tavares para as incursões ao Guairá (Donato, 1997, p. 108), o que é corroborado na obra *Raposo Tavares e sua época* (Júnior, 1944, p. 156).

Outrossim, reiteram o papel do Caminho de Peabiru na atual região sul do Brasil as citações de jesuítas castelhanos como Pedro Lozano, que descrevem um caminho semelhante perto do rio Piqueri, ao sul da província do Guairá (Holanda, 2000, p. 142). Outro jesuíta, Nicolas del Techo, também alega que no fim do século XVII o Caminho de São Tomé ainda era visível no Guairá (Holanda, 2000, p. 143).

Dentro desse contexto de empreitadas ao Guairá, sustentamos que a participação dos indígenas foi novamente fundamental aos colonizadores. Isso porque podemos observar que no “porto dos Patos”, por exemplo, eram encontrados muitos intermediários, que eram indígenas que ajudavam a capturar outros índios (Monteiro, 1994, p. 63). Além disso, os caciques guaranis também foram guias dos paulistas nas entradas que visavam atacar os indígenas do Guairá.

Então pode-se sustentar que as expedições ao Guairá geraram profundas transformações na região. Há relatos de que os paulistas foram mais contundentes no apresamento de índios do que na localização de metais preciosos, chegando a serem acusados de exterminar os nativos da Ilha de Santa Catarina (Holanda, 2000, p. 103). Isso porque, após dizimarem os indígenas Guarani do Guairá, os paulistas avançaram para os guaranis da atual região do Rio Grande do Sul (Monteiro, 1994, p. 75). Cabe aqui ressaltar que, na segunda metade do séc. XVII, muitos dos indígenas aprisionados não sobreviveram aos contágios de doenças oriundas de europeus e africanos (Monteiro, 1994, p. 85), tal como a varíola (Monteiro, 1994, p. 58), não resistiram ao trabalho e havia uma grande dificuldade de

comunicação com tribos de língua que não fosse a tupi (Monteiro, 1994, p. 85). Ao mesmo tempo, houve um esmaecimento do bandeirismo de apresamento (Monteiro, 1994, p. 95).

Logo, conforme destacou o historiador Sérgio Buarque de Holanda, o descobrimento de Aleixo Garcia provocou profundos impactos na região sul da América, inclusive em termos étnicos (Holanda, 2000, p. 91), colocando o Caminho de Peabiru como meio geográfico por onde se desenrolaram processos históricos.

Considerações finais

Para finalizar, observamos que, como um meio geográfico e vivenciado em narrativas e períodos plurais, o Caminho de Peabiru conecta épocas pré-colombianas à contemporaneidade em que é escrito este artigo, o qual não inclui em sua análise um aprofundamento sobre o período entre o século XVIII e XX. Nesse cenário, o caminho acaba colocando no mesmo plano os portugueses, espanhóis, indígenas, incas e brasileiros. Sustentamos que é nesse momento que se entrelaçam o imaginário mítico, o legado dos povos originários, o passado e os interesses do homem, enfim, história e política. Dada à supracitada disputa de interesses turísticos em torno do Caminho de Peabiru, a história e a cultura indígenas correm o risco de serem transformados em produto comercial na atualidade. Assim justifica-se a importância da investigação historiográfica do que se tratou o Caminho de Peabiru e a sua história no espaço e no tempo, com foco nos séculos XVI e XVII.

Fontes

Newen Zeytung aus Preslig Landt, Nurenberg, 1515. Disponível em: <https://www.digitale-sammlungen.de/en/view/bsb00009476>. Acesso em: 26 jul. 2024.

Referências Bibliográficas

ABREU, Capistrano. **Capítulos de história colonial & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. 5a ed. Brasília: EdUnb, 1963.

ALVES-PEREIRA, Alessandro *et al.* Patterns of nuclear and chloroplast genetic diversity and structure of manioc along major Brazilian Amazonian rivers. **Annals of Botany**, 121(4), 625-639, 2018. doi: 10.1093/aob/mcx190. Disponível em: <https://repositorio.inpa.gov.br/handle/1/15648>. Acesso em: 29 jul. 2024.

BARSANETTI, Bruno. Cities on Pre-Columbian Roads, (August 15, 2018). **Journal of Urban Economics**, v. 122, mar. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3232390>. Acesso em: 27 jul. 2024.

BOND, Rosana. **História do caminho de Peabiru**. Descobertas e segredos da rota indígena que ligava o Atlântico ao Pacífico - Volume 1. Rio de Janeiro: Editora Aimberê, 2021.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Comissão de Turismo. **Notas taquigráficas da audiência pública extraordinária sobre o tema Caminhos de Peabiru**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2022. Disponível em: <https://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/pdf/65794>. Acesso em: 27 jul. 2024.

CLASTRES, Hélène. **Terra sem mal**. O profetismo tupi-guarani. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o estado**. São Paulo: Cosac & Naify, 2013.

COLAVITE, Ana Paula; BARROS, Mirian Vizintim Fernandes. Geoprocessamento aplicado a estudos do Caminho de Peabiru. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 5, n. 05, p. 86–105, 2009. DOI: 10.5418/RA2009.0505.0007. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/6590>. Acesso em: 27 jul. 2024.

CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos velhos mapas - Tomo I**. Rio de Janeiro: Ministério de Relações Exteriores - Instituto Rio Branco, 1968.

CRISTÓFARO, Hélio. "A Nova Gazeta da Terra do Brasil". Estudo crítico. **Revista de História**, São Paulo, v. 17, n. 36, p. 417–428, 1958. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1958.107193. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/107193>. Acesso em: 28 jul. 2024.

DONATO, Hernani. **Sumé e Peabiru**. Mistérios maiores do século da descoberta. São Paulo: Edições GRD, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso**. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil, São Paulo: Brasiliense, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

JUNIOR, Alfredo Ellis. **Raposo Tavares e sua época**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1944.

LOZANO, Pedro, LAMAS, Andres. **Historia de la conquista del Paraguay, Rio de la Plata y Tucuman**. Buenos Aires: Casa Editora "Imprenta Popular", 1874.

MAACK, Reinhard. **Sobre o itinerário de Ulrich Schmidel através do sul do Brasil (1552 - 1553)**. Curitiba: Conselho de Pesquisas da Universidade do Paraná, 1959.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra**. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTOYA, Antonio Ruiz. **Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañia de Iesus en las Provincias del Paraguay, Parana, Uruguay, y Tape**. Madrid: Imprenta del Reyno, 1639.

PARANÁ (Estado). Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. **Projeto de lei 548/2018**. Curitiba: ALEP, 2018. Disponível em: https://storage.assembleia.pr.leg.br/ordem_dia/igpoSKVWXVMq6a5PBLddO8MpjMnKEGnYUGI9HYYG.pdf. Acesso em: 29 jul. 2024.

PARELLADA, Claudia Inês. Arqueologia do Peabiru: entrelaçando caminhos e conflitos. **Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, Goiânia, Brasil, v. 19, n. 2, p. 276–301, 2022. DOI: 10.18224/hab.v19i2.9178. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/9178>. Acesso em: 29 jul. 2024.

PRADO, Luma Ribeiro do. **Cativas litigantes**. Demandas indígenas por liberdade na Amazônia portuguesa (1706-1759). São Paulo: Editora Elefante, 2024.

SANTA CATARINA (Estado). Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. **Ata de audiência pública da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina para discutir sobre a rota turística do caminho de Peabiru**. Florianópolis: ALESC, 2024. Disponível em: https://download.alesc.sc.gov.br/taquigrafiacomissoes/22/20_2_015_AUP.pdf. Acesso em: 15 jul. 2024.

TONIN, Gabriel Biz. **Limites e possibilidades do turismo no Caminho de Peabiru na região de Botucatu**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://bdta.abcd.usp.br/directbitstream/3bee056b-75fb-45c4-ad8c-2af081aaa5a5/tc4519-gabriel-tonin-limites.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2024.